



ENSINO DE HISTÓRIA E DITADURA MILITAR: A NARRATIVA ORAL DE UMA IRMÃ DENTRO DA SALA DE AULA

Cleyton Antonio da Costa¹

Carolina Ramos de Souza²

Introdução

“Minha filha, eu já vivi em três ditaduras”. Essas palavras não são nossas, mas de Maria Heloisa Batista Gouvêa, a Irmã Heloisa. Uma mulher branca, religiosa, vinda de uma família classe média, nascida em Cravinhos, no interior do estado de São Paulo, em 1928, que viveu em sua infância os anos da Era Vargas e seu período ditatorial, o Estado Novo. Mas este não seria o único, nem o último regime autoritário que a irmã Heloisa testemunharia. Sua vida adulta foi marcada pela presença de governos ditatoriais, como o golpe de estado de 1964 e os vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil, e os anos finais da Ditadura Chilena comandada pelo General Augusto Pinochet.

Ao compartilhar sua história, a irmã Heloisa caminha na contracorrente daqueles que optaram pela indiferença ou caíram no discurso de que o povo tem memória curta, tendo em vista que ao relatar suas recordações, nos alerta para a necessidade de *se lembrar para que não se esqueçam, para que nunca mais aconteça*. Diante de tal perspectiva, espera-se que o estranhamento gerado pelas memórias de Heloisa possibilite uma atuação pedagógica dentro da sala de aula, utilizando os fragmentos de sua entrevista transcrita que permita a reflexão a respeito de uma experiência particular no contexto de governos autoritários nas regiões do Cone Sul, modelos que ainda hoje ameaça constantemente a democracia e a legitimidade dos direitos humanos.

¹ Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2020). Mestre em História pela PUC/SP (2015). Docente do Colégio Paulínia COC. E-mail: cleytoncac@yahoo.com.br

² Mestra em Letras pela Universidade de São Paulo (2016). Graduado em História - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Ouro Preto (2010). Atua como Professora da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. Pesquisa nas seguintes temáticas: História do Tempo Presente, Literatura, Imprensa, Memória, História Oral, Ensino de História, Estudo das Relações Étnico-Raciais e de Gênero, Análise de Discurso. E-mail: souza.carolinaramos@gmail.com

Eu já vivi em três ditaduras

Em 2018, no contexto das eleições presidenciais do Brasil, a Irmã Heloisa deu o alerta ao se referir à tensão política que se instaurava no país: “eu já vivi em três ditaduras, uma quarta eu não aguento não”. A preocupação era legítima, afinal, naquele ano foi eleito como presidente do Brasil um homem que abertamente havia declarado que tinha como herói a figura de Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), no ano de 2012, como torturador de presos políticos durante a Ditadura Civil-Militar, quando comandava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), o principal centro de repressão em São Paulo. A partir de então, assistiu-se ao processo de uma democracia em vertigem no Brasil: discursos autoritários por parte do presidente e de seus ministros e aliados políticos no legislativo, sucateamento de políticas sociais, reformas no legislativo que retiravam ou diminuía direitos historicamente conquistados, *fakenews*, ameaças constantes à democracia e tudo isso em meio a uma pandemia.

Ao comentar sobre a conjuntura atual, a Irmã Heloisa declara: “Eu vejo com muita tristeza e preocupação, viu? Quando a gente vê aquele ministro da Educação falando daquele jeito do Supremo, pelo amor de Deus, aquilo nunca, né. Também essa gestão dos *fakenews*, pelo amor de Deus, não é possível” (Souza, Costa, p. 338, 2021). Esta é uma preocupação autêntica de uma mulher de noventa e cinco anos, oriunda de uma família branca católica de classe média³, que carrega na memória a lembrança dos integralistas que marchavam por Cravinhos em meados da década de 1930 e dos pronunciamentos de Getúlio Vargas no rádio nos tempos do Estado Novo.

³ Neste ponto, cabe ressaltar a importância de compreender o lugar de fala de irmã Heloisa, cuja memória e referência limitam-se a um determinado ponto dentro tecido social: trata-se de uma mulher que assistiu e vivenciou experiências distintas e próprias de seus marcadores sociais. É, portanto, o olhar de uma mulher (do ponto de vista do gênero), branca (marcador étnico-racial que a coloca em um patamar hierárquico distinto de pessoas negras e/ou indígenas), de classe média, cujo contato com a periferia se deu por meio das ações religiosas realizadas pela congregação a qual pertence (portanto, consiste em um olhar de fora, externo à pessoa economicamente marginalizada).



Ditadura, memória e ensino de história

A História é construída das histórias que os outros contam sobre acontecimentos e experiências vividas em diferentes tempos; a maioria das quais muitos não estavam lá para saber como os fatos se desenrolaram – por isso, é preciso desconfiar. Mediante tal panorama, é importante frisar o óbvio: a História não se faz sem perguntas – é preciso questionar os testemunhos e fazer as perguntas certas. Daí o questionamento: que histórias estão sendo contadas sobre o Brasil dentro do espaço de tempo de 1964 a 1985? Quais relatos são confiáveis? Quais os pressupostos que perpassam o discurso das histórias das ditaduras militares latino-americanas?

Em 1979, a Lei da Anistia, de certa forma, representou uma escolha pela via do esquecimento, decisão tomada especialmente pelos grupos que governaram o Brasil e/ou apoiavam a ditadura militar no país através da qual se construiu um Estado de exceção. Antes de chegar ao fim, a ditadura se utilizou do artifício da anistia para definir o que deveria ser lembrado e o que era preciso esquecer, garantindo o controle sobre a manipulação da memória coletiva. No entanto, cegos na certeza de sua autossuficiência, os militares se esqueceram de que sempre sobra alguém para contar as histórias que se queriam silenciadas, afinal, existem muitas pessoas no mundo para que o esquecimento seja, de fato, possível.

Observou-se a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto às unidades que compõem a sociedade. Quando elas se integram em na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas, ao contrário das memórias subterrâneas discutidas acima. Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral (Pollak, 1989, p. 13).

As narrativas da Irmã Heloisa nos remetem, em especial, ao último ciclo de ditaduras militares na América Latina, que marcaram profundamente os países do Cone Sul – Brasil (1964-1985), Paraguai (1964-1998), Chile (1973-1990), Argentina (1976-1983) e Uruguai (1973-1985). Formou-se, assim, uma aliança entre governos militares da América do Sul, contando sempre com o suporte/aparato estadunidense, dando origem à

Operação Condor, a partir da qual se criou uma rede de troca de informações realizadas entre as ditaduras para localizar, prender e punir os opositores políticos das ditaduras sul-americanas. Dessa maneira, nota-se que esses Estados partilharam o fato de serem alvos constantes dos interesses do grande irmão do norte⁴, a marca das experiências ditatoriais, suas vítimas, seus mortos e desaparecidos, além do silêncio e o esquecimento.

Diante desse cenário, faz-se necessário pensar sobre a responsabilidade do ensino de História no Brasil, um país que foi construído a partir de uma idealização de modelos eurocêntricos e se desenvolveu em meio à negação de suas realidades. No tempo presente, quando se pensa na estrutura do Estado e nas Forças Armadas, a experiência histórica brasileira corrobora a evidência do uso da violência contra a sociedade civil pela qual deveria zelar e proteger. Não são poucos os movimentos populares que reivindicavam a transformação da ordem vigente, podendo-se mencionar as lutas abolicionistas, os movimentos trabalhistas, as lutas por direito à terra, a resistências contra os governos autoritários – como no Estado Novo (1937-1945), na Ditadura Militar (1964-1985) e o Movimento Negro Unificado (MNU – 1978). No entanto, no Brasil, o povo é visto e retratado como mais um inimigo público e declarado de um Estado que banalizou o uso da violência, tornando-a diária.

Depois da monstruosidade vivida em tempos de autoritarismo, não há nação que saia ileso, afinal as fraturas na sociedade brasileira foram profundas e seus fragmentos continuam espalhados por toda a parte, pois sempre há alguém que se recusa a esquecer – para o bem e para o mal, denunciando e combatendo ou exaltando e reverenciando de forma saudosista os tempos da ditadura. Estudar, investigar e debater os períodos ditatoriais não se trata de revanchismo, mas sim da construção de uma consciência histórica de um passado recente tão obscuro que segue enevoado na memória coletiva. Se a história tem o seu papel na formação da identidade nacional, não se pode selecionar

⁴ A atuação dos Estados Unidos na formação e manutenção dos regimes ditatoriais da América do Sul foram aprofundadas nos seguintes trabalhos: FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; NOVARO, Marcos. *Cables secretos*. Buenos Aires: Edhasa, 2011; KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File*, Nova York: New Press, 2013; SCHMIDLI, William Michael. *The Fate of Freedom Elsewhere, Human Rights and U.S. Cold War Policy Toward Argentina*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.



qual história será contada e qual será deixada de lado, haja posto que o conhecimento e a busca pela verdade se configuram como uma ameaça para a regressão à barbárie.

Em *Educação após Auschwitz*, Theodor W. Adorno ressalta o papel da educação após a experiência do nazismo e dos campos de concentração:

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouco atenção. Justificá-la teria algo monstruoso em vista de toda a monstruosidade ocorrida. Mas a pouca consciência existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e inconsciência das pessoas (1995, p.119).

Para tanto, Adorno defende a educação como ferramenta fundamental no combate à monstruosidade que governos autoritários são capazes de cometer, como a experiência do nazismo, em que o valor da vida humana é relativizado e alguns tantos classificados como desprovidos desse direito primordial à existência.

Ao estudar a ditadura civil-militar que vigorou entre 1964 e 1985, a vasta documentação disponível e o testemunho de vítimas e algozes comprovam que o Brasil também vivenciou tempos de monstruosidade. O depoimento de Inês Etienne Romeu à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no ano de 1979 – portanto, ainda no período ditatorial –, estampa as práticas cruéis aplicadas a ela na época em que esteve presa clandestinamente por agentes das forças armadas na famigerada Casa da Morte de Petrópolis.

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocaram-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que estive lá (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. (...) Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão (...).⁵

⁵ Depoimento de Inês Etienne Romeu à OAB. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf> Acesso em: 25 nov. 2020.

Mais aterrorizante do que o depoimento de Inês é saber que este é apenas um entre outros relatos daqueles que passaram pelas “casas de conveniência”, de onde outros tantos não sobreviveram para contar suas histórias. Adorno mais uma vez alerta sobre o perigo desse passado se repetir “está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados” (1995, p. 125).

Apesar de todas as provas documentais, as Forças Armadas se mantêm em silêncio e ainda não assumiram oficialmente o desrespeito cometido por seus membros aos direitos humanos no decorrer dos anos em que os militares ocuparam o poder no Brasil. Somado a isso, o discurso negacionista de agentes denunciados na CNV e em outras instâncias do Estado corroboram com a manutenção das lacunas que se perpetuam nos anos posteriores à saída dos militares do poder. Essa negação em reconhecer seus crimes, ou a opção de justificá-los, contribuiu para o mal-estar que até esse momento segue assombrando o presente democrático do país.

É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos. (...) É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. Os culpados não são os assassinados (...). Culpados são os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aquele seu ódio e sua fúria agressiva (Adorno, 1995, p. 121).

Nessa perspectiva, o ensino de história aparece como um espaço de privilégio para a construção dessa tomada de consciência coletiva devido ao fato de ter como princípios primordiais o diálogo, a crítica e o conhecimento amplo das conjunturas históricas. Ao abordar a temática da ditadura civil-militar no Brasil, o educador-historiador tem a responsabilidade de trabalhar por intermédio da argumentação explicativa e demonstrativa à qual os educandos devem participar, incentivando a capacidade deste de pensar sob um prisma crítico. É fundamental que o educando participe ativamente da análise crítica dos fatos referentes à ditadura, uma vez que a educação só será realmente

libertadora (Freire, 2004) se construída tendo a práxis como premissa, em que teoria e prática atuam lado a lado.

Não se trata de neutralidade, sobretudo quando se fala em direitos humanos. Se a ditadura militar foi capaz de criar poderosas memórias de si mesma, cabe ao educador-historiador problematizar tais memórias que desconstruam seus mitos de ordem e progresso. Uma das alternativas mais sólidas que se apresentam é o desenvolvimento de uma educação para os direitos humanos como postura que se contraponha às migalhas da ditadura que assombram as instituições democráticas e a sociedade como um todo. Em outras palavras, uma educação para os direitos humanos vai de encontro a uma realidade desumana característica de uma sociedade marcada por profundas desigualdades, em que a monstruosidade não espanta porque virou rotina.

Compreender as origens dessa violência sistêmica é uma oportunidade de desmantelar os vestígios que a ditadura deixou de herança, abrindo espaço para que se construa uma sociedade na qual nenhum tipo de barbárie seja tolerado. Por isso, segundo Marcos Silva, “a prática do ensino crítico de história é uma faceta da luta contra a ditadura que precisa ser mantida, inclusive quando não se fala diretamente a respeito do tema” (2016, p. 71). Se Adorno clamava por uma educação que construísse barreiras para que Aushwitz não se repetisse como algo primordial à sua geração, que a sociedade brasileira constituída por civis e militares seja capaz de estabelecer como princípio fundamental a exigência de que não se repitam experiências como a de Inês Etienne, de que não existam mais casas de conveniências, como a “Casa da Vovó” (DOI-CODI) ou a Casa da Morte de Petrópolis (Godoy, 2014).

Em sala de aula

Cada vez mais deparamo-nos com a evocação do retorno da Ditadura Militar no espaço digital, principalmente nas redes sociais. Esse movimento é atribuído a figuras partidárias conservadoras, que desenham este período histórico contornado por um certo abrandamento, em que as atrocidades são esquecidas ou justificadas perante o tal “fantasma do comunismo” que assolaria o país.

Se faz urgente e necessária a elaboração de maior criticidade sobre essa temática dentro do espaço escolar, especificamente nas aulas de História, pois é essa disciplina que oportuniza o trabalho didático com esse período da história brasileira de maneira mais atenta, trazendo o percurso dos antecedentes do ano de 1964, aos agentes políticos que corroboram e legitimaram a estrutura ditatorial.

Imagem 1 - Charge para entender o fim da Ditadura Militar.



Fonte: <https://descomplica.com.br/blog/lista-governos-geisel-figueiredo-ditadura/>. Acesso em: 12 maio 2024.

Na charge acima é exposta a contraposição de duas placas que materializam perspectivas diferentes frente ao assunto Ditadura Militar, em que representa uma manifestação pública e cujos personagens aparentam estar caminhando. A placa do personagem da esquerda traz “Pela volta dos militares! Ditadura Já”, enquanto a placa da personagem à direita conduz a uma resposta para a primeira placa, dizendo: “Por mais aulas de História para essa gente!” Ao reforçar este apelo para mais aulas de História, focada para esta parcela da sociedade que desprende energias a evocar o retorno dessa conjuntura sombrio que marcou o Brasil do ano de 1964 a 1985, notamos a força social e cultural que é atribuída à disciplina de História.

Voltados para este intuito de romper com o silenciamento ou abrandamento, visamos à perspectiva da construção e ampliação de olhares e reflexões diferentes desses que predominam e circulam pelas redes sociais. Os docentes de História assumem uma



postura de enfrentamento diante da disputa de memórias e significações para esse período histórico. Cerri nos aponta que

não compete ao trabalho da história na escola formar a consciência histórica dos alunos - eles já chegam com suas consciências formadas em seus traços fundamentais -, mas possibilitar o debate, a negociação e a abertura para a ampliação e complexificação das formas de atribuir sentido ao tempo que os alunos trazem com eles (2011, p. 116).

Temos ciência de que o trabalho em sala de aula não é o de salvar os alunos dos discursos negacionistas que “pipocam” na internet. Eles continuaram tendo acesso a tais dizeres, que podem emergir das redes sociais ou de dentro de casa, por algum familiar. O que se busca é proporcionar condições para haja uma verdadeira e robusta produção analítica a partir dos alunos, para que esses não tenham acesso ao conteúdo de forma passiva, reformada pelo positivismo, que vangloriava os grandes eventos, grandes personagens tidos como construtores da História (Guimarães, 2012), mas que ocorra a oportunidade dos alunos de confrontar, questionar, se apropriar e, por fim, produzir significações que permitam uma nova concepção do passado.

A sala de aula é um lugar de encontro de consciências históricas, identidades e visões de mundo, todos esses produtos de uma formação subjetiva dotada de historicidade que está em constante transformação. Tal ambiente está diariamente suscetível à emergência de novos discursos, sejam os locutores destes os professores, os materiais didáticos ou os alunos, logo, as guerras de memória também são parte do cotidiano escolar e influenciam a prática docente, especialmente no que se refere ao ensino de história da Ditadura Militar brasileira (Giovanette, 2023, p.223).

Atentos a essa perspectiva da sala de aula, como lugar de possibilidades, de profusão de olhares e de discussão voltada para a produção de uma postura crítica feita pelo próprio aluno. Desta maneira, sugerimos o uso de entrevistas de pessoas que viveram e sobreviveram aos momentos sombrios deste período da História do Brasil.

Trazemos a entrevista concedida pela Irmã Maria Heloísa Batista Gouveia, que é religiosa da Igreja Católica, que compartilhou suas memórias e vivências sobre a ditadura militar no Brasil e no Chile. Ao trabalhar com fragmentos de sua entrevista, concedida no

ano de 2020, é possível ampliar os olhares sobre este momento sombrio da história brasileira, tendo o contato com uma narrativa que não compõe o livro didático, por ser um olhar particular, que interpreta e significa as experiências pessoais com a estrutura ditatorial. Utilizar uma entrevista em sala de aula permite a produção de outros significados para as temáticas que são trabalhadas com os alunos, forjando uma sensibilidade histórica que não seria possível com outro tipo de fonte, pois “a utilização de outras fontes baseadas na oralidade - inclusive como recurso pedagógico - permite criar um novo fazer do saber histórico” (Smith, 2021, p. 195).

Ao inserir trechos de narrativas orais de eventos históricos, relativamente recentes na história, proporciona-se uma outra conexão com o conhecimento histórico em que o aluno, ao lidar com tais memórias, produzirá uma significação que humaniza todo aquele conteúdo que foi visitado durante a aula.

Proposta de trabalho

Para trabalhar a temática sobre Ditadura Militar no Brasil com uma turma do 9º ano, apresenta-se a sugestão de uma dinâmica da aula que permitirá o contato com fragmentos de narrativas orais. Antes desse momento é necessária a apresentação do conteúdo sobre Ditadura Militar no Brasil, para que possa ter um suporte conceitual e histórico. Em seguida, divide-se a turma em duplas e/ou trio e, assim, entrega-se para cada pequeno grupo um trecho da entrevista transcrita que apresentem situações e experiências que propiciem o contato com a perspectiva de Irmã Heloísa, por intermédio de suas memórias narradas.

Na história oral, as versões pessoais sobre experiências vividas e compartilhadas são representativas de horizontes que se colocam para muitos outros. Nesse sentido, oferecem um campo de possibilidades, reais ou imaginadas, que se elaboram na consciência de cada um (Khoury, 2004, p. 136).

Desta maneira, encara-se a multiplicidade ofertada pela narrativa oral, que articula o passado vivenciado pelo narrador e seu posicionamento no presente, fazendo que a

narrativa compartilhada indique contato com vivências que não são comuns em livros didáticos. Ou seja, é ofertada uma possibilidade que não se limite a personagens históricos já apontados, como generais, presidentes, ministros, entre outros, mas pessoas comuns que vivenciaram o período e trazem em suas memórias o quão difícil e tenso foi este período sombrio.

Abaixo uma sugestão de um trecho da entrevista da Irmã Heloísa para a realização da dinâmica:

Irmã Heloísa: *É, então isso foi bem marcante. Eu me lembro, nem sei se vale a pena contar porque...*
Carolina: *Vale, se a senhora lembrou vale a pena.*
Irmã Heloísa: *Sabe o quê que foi? Eu tinha um programa de rádio diário, aliás, eu fazia três programas de rádio e então um deles. Um dia um pessoal de um lugar assim disse “Irmã por favor dá um jeito, nós estamos, todos, nosso, nosso povoado está sem água porque um fulano chegou lá e comprou uma fazenda acima e repre... tirou toda água para fazer piscina na casa dele” e era um bendito de um milico, né [tosse]*
Carolina: *Era um bendito de quê?*
Irmã Heloísa: *Milico [risos]. E eu não tive medo não, eu falei. Quando eu acabei de falar, quando acabou o programa tinha um menininho com um bilhetinho para mim, para mim ir no colégio das irmãs, era uma outra congregação que era para eu ir. Mas antes disso veio um senhor que eu não conhecia “Irmã deixa eu dar um abraço na senhora”. Eu falei “O que meu Deus!”. Era um juiz. Ele disse assim “A senhora falou o que eu precisava falar e eu tive coragem” Porque eu falei, né.
(Irmã Maria Heloisa Batista Gouveia, entrevista concedida a Carolina Ramos de Souza e Cleyton Antonio da Costa, no dia 28 de maio de 2020).*

Direciona-se o tempo para a leitura dos alunos aos trechos entregues, incentivando grifar partes que considerem relevantes e, também, promovam uma discussão entre os membros da equipe. O trecho da narradora se refere ao ano de 1967, quando a irmã morava em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. Lá trabalhava com as comunidades na Pastoral Catequética, por meio de formações e reuniões. Também realizava formações pela rádio comunitária. E, diante de um pedido por meio da rádio, pode denunciar a situação que provocava a falta de água de um povoado próximo à cidade, visto que a causa da falta de água foi devido à atuação do militar que direcionou as águas das proximidades para a sua propriedade, deixando o povoado abaixo desvalido. Ao fazer a denúncia, encontra um juiz que aponta que é de sua incumbência realizar tal ato, porém, por medo, não o realizou.



É necessário que os alunos desenvolvam uma discussão nos pequenos grupos sobre o fragmento recebido, e analisem as questões apontadas pela narradora. Solicita-se que registrem as considerações discutidas para que após esse momento possam partilhar para toda a turma ou que produzam seus pareceres acerca do fragmento. O trecho selecionado acima permite outros olhares e interpretações para a compreensão das ações realizadas por diferentes sujeitos sociais no período da Ditadura Militar.

Com isso, é promovida uma atividade que se configura-se como simples, mas que permite a efetivação do pensar historicamente, em que os alunos fortalecem o conteúdo abordado anteriormente, confrontando novos sentidos para a narrativa da irmã Heloísa, que oportuniza o acesso a emoções, ações, significados que conectar a um conhecimento mais vivido, mais humano. Ou seja, não restringir o conhecimento aos alunos, apenas mencionando nomes, datas e/ou ações realizadas nesse período da História do Brasil é permitir o contato com mais humanização, produzindo uma perspectiva que compreenda a necessidade que este passado sombrio não se torne presente.

Lista de fontes:

Imagem 1 - Charge para entender o fim da Ditadura Militar. fonte: <https://descomplica.com.br/blog/lista-governos-geisel-figueiredo-ditadura/>. Acesso em 12 de maio de 2024.

Narrativa da Irmã Maria Heloisa Batista Gouveia, entrevista concedida a Carolina Ramos de Souza e Cleyton Antonio da Costa, no dia 28 de maio de 2020.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIOVANETTE, Marina de Freitas. O ensino de História da Ditadura Militar Brasileira em disputa: Do negacionismo as saídas possíveis. *Revista Hydra*, v. 6, n. 2, maio de 2023.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 2012.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File*. Nova York: New Press, 2013.

NOVARO, Marcos. *Cables secretos*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHMIDLI, William Michael. *The Fate of Freedom Elsewhere*, Human Rights and U.S. Cold War Policy Toward Argentina. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

SMITH, Roberta de Carlo. História Oral, ensino de história e construção de identidades. In: GOUVEIA, Marta; SANTHIAGO, Ricardo. *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisas*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SILVA, Marcos. Aprender a Ditadura brasileira de 1964 a 1985 (Ensino de História depois da Casa da Morte). In: GUIMARÃES, S. (org.). *Ensino de história e cidadania*. Campinas: Papyrus, 2016.

SOUZA, Carolina Ramos de; COSTA, Cleyton Antônio da. Irmã Heloisa entre memórias: a história de vida de uma freira católica que viveu três ditaduras. IN: ROVAI, Marta G. O. (org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogo com mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021.